

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

VERA LÚCIA MOREIRA SCHIOCHET

**A PRIMEIRA FORMAÇÃO DE DOCENTES:
Repensar a Atualidade**

MATINHOS

2015

VERA LÚCIA MOREIRA SCHIOCHET



A PRIMEIRA FORMAÇÃO DE DOCENTES:

Repensar a Atualidade

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista Gestão
e Processos em Educação, Diversidade e
Inclusão pela Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Danielle Marafon

MATINHOS

2015

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.

Aos doze dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), reuniram-se na sala temática 25A - Educação Infantil os membros da banca examinadora: Danielle Marafon (orientador),

Guisele de Moraes e Márcio Cesar Citóne Aguiar para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) cursista: Vera Lúcia
Moreira Schiachet

_____, sob o título: A primeira formação de docentes

Após a avaliação deliberou-se que o (a) referido (a) cursista foi aprovado (a) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, tendo obtido conceito APL.

Nada mais havendo a tratar, eu Danielle Marafon (orientador) lavrei a presente ata, à qual será assinada pelos membros da banca.

Danielle Marafon
Orientador

[Assinatura]
Avaliador 1

[Assinatura]
Avaliador 2

Vera Lúcia Moreira Schiachet
Cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o Ser Supremo que me deu a chance de estar aqui, ao meu querido esposo Humberto e aos meus, filhos Arthur e Adrielly, que sem medir esforços me ajudaram nesta caminhada onde hoje estou. A todos que confiaram em mim e no meu trabalho.

Obrigado!

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria

Paulo Freire

RESUMO

O estudo tem por objetivo o relato de como se deu a trajetória do Curso de Formação de Docentes de Colégios Estaduais no Estado do Paraná, com professores da Rede Municipal e Estadual que atuam em sala de aula ou atuaram em algum momento com crianças da Educação Infantil. O objetivo desta pesquisa foi verificar se a etapa de escolarização que é denominada Formação de Docentes (antigo magistério) realmente prepara ou dá somente alguns embasamentos para os alunos atuarem com crianças de 0 a 5 anos de idade e qual o motivo que os levaram a trabalhar com esta faixa de idade. As conclusões que chegamos até o presente momento é que precisamos fortalecer a Proposta Política Pedagógica do Colégio para o desenvolvimento de ações que levem os educandos da Formação de Docentes se aprimorarem do conhecimento e garantir as crianças os seus direitos de cidadãos e aprendizes.

Palavras-Chave: Escola, Crianças, Formação de Docentes.

ABSTRACT

The study aims to report how was the trajectory of the Training Course of State Colleges Teachers in the state of Paraná, with teachers of Municipal and State Network who work in the classroom or worked at some time with children from kindergarten. The objective of this research was to determine whether the schooling stage that is called Teacher Training (former teaching) really prepares or only takes a few emplacements for students act with children 0-5 years old and what is the reason that led them to work with this age group. The conclusions we come to the present moment is that we need to strengthen the Proposal Pedagogical College Policy for the development of actions that lead the students of Teacher Training to hone the knowledge and guarantee children their rights as citizens and apprentices.

Keywords: School, Children, Teacher Training

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	06
2 EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX E RUMO AO XXI.....	07
3 HISTÓRICO DO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE CESSAÇÃO E RETORNO DO MAGISTÉRIO.....	11
4 CRIANÇA X ESCOLA.....	14
5 CONSTATAÇÕES.....	16
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

Esta experiência resulta de um estudo realizado por meio do Curso de Gestão de Processos em Educação, Diversidade e Inclusão que ocorreu na interação Universidade-Comunidade-Escolar cujo objetivo é o acolhimento dos sujeitos que fazem parte de uma região com poucos recursos sendo eles a Região do Litoral do Paraná e o Vale da Ribeira. O curso foi promovido pela UFPR setor Litoral com parcerias entre as prefeituras das mesmas regiões.

O enfoque dado a Educação Infantil se deu devido à prática exercida durante alguns anos com a Formação de Docentes no Colégio Estadual Costa Viana no Município de São José dos Pinhais e a realidade vivenciada com colegas de profissão que compartilharam as suas experiências no decorrer do curso no Vale do Ribeira.

O trabalho em questão é a formação do professor para Educação Infantil de 0 a 5 anos de idade que é uma preocupação de muitas pessoas devido à forma de como agir do profissional e se é realizada a formação adequada para esta fase da educação.

O objetivo central é contribuir, fortalecer e priorizar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério, no âmbito da área de Formação de Docentes a nível médio, dando enfoque ao processo de formação e inserção destes educandos na rotina escolar, a aprendizagem dos alunos da educação infantil e a melhoria da qualidade do ensino público.

2 EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX E RUMO AO XXI

Historicamente a educação surge com maior ênfase na década de 1930, alavancando o desejo de uma vida melhor por meio dos estudos. Apesar das ofertas de vagas serem bem reduzidas, mesmo assim a evasão escolar não deixou de acontecer, devido as dificuldade de vida e também a qualificação não ser tão eficiente como o desejo que ela poderia ter sido contemplada em todos os momentos.

Com o passar do tempo na década de 1960, a ampliação de vagas foi mais intensa para o ensino fundamental e tinha como princípio básico fornecer habilidades necessárias para a expansão do setor produtivo assegurando assim o desejo anterior que visavam melhorias das condições de vida, não significando a permanência dos estudantes na escola.

Tendo em vista que a formação de professores era dada nos Institutos de Educação, denominados de Normal, como uma etapa subsequente ao ensino designado, como antigo ginásio. Em 1970, os cursos de pedagogia foram expandidos, mas as formações de professores ocorriam somente a nível médio percorrendo duas décadas no mesmo formato.

Com a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional – LDB 5692/71 transformou a escola de nível fundamental num primeiro grau de oito anos e criou o segundo grau definindo caminho à profissionalização. Novamente o último nível não teve o número de vagas suficiente para a expansão da escolaridade da classe média que tinha o desejo de um acesso à universalidade. Esta foi a continuidade da exclusão social das camadas populares, ocorrendo assim a privatização do ensino institucionalizado também chamado de ensino pseudo-profissionalizante.

Estas Escolas Técnicas Federais surgiram e indicavam que os alunos aos quais as frequentavam se destacariam no mercado de trabalho e também eram os que iriam para as universidades, sendo este o pensamento incutido pelos que lutavam por entrar nestas escolas. Este fato se deu durante a evolução da economia brasileira e suas vinculações com as transformações postas pela Divisão

Internacional do Trabalho onde estes alunos tinham participações marcantes em seus trabalhos e se distinguiam dos demais.

A partir do ano de 1953 se iniciou o processo de reconhecimento do ensino profissionalizante como formação adequada para as universidades. Mas foi com a LDB 4024/61 que ela se consolidou e foi até a LDB 9394/96 onde o ensino técnico equivalente ao ensino médio foi reconhecido como acesso ao ensino superior. Essa situação foi rompida com o Decreto 2208/96 e retornado em 2005 quando se assume novamente o ensino médio técnico integrado.

Durante todo este processo de escolarização o desafio da profissionalização docente, sobretudo a educação básica assim como a educação infantil, vem se constituindo como um dos mais importantes setores profissionais na esfera mundial.

O papel do profissional do magistério está para assegurar uma educação de qualidade para todos, tanto no plano cognitivo quanto nas dimensões humanista e ética dessa profissão. Segundo Gatti e Barreto (2009, p. 8), essas duas “dimensões integram o direito subjetivo à educação que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 consagrou para servir de pré-requisito à reconstrução das sociedades em direção a uma cultura de paz”.

Com a atual realidade, que estamos vivenciando no ensino, onde o profissional da educação não possui uma valorização condizente com o seu real papel na educação, encontramos aqueles que possuem o desejo de estar se atualizando constantemente e a prática vem na troca de experiências com seus pares dentro de espaços que são os ambientes de trabalho, visto que estamos numa era onde as formações continuadas estão se dando através de cursos online onde os professores pouco realizam trocas.

Segundo Balzan (1996, p 65):

“...esse processo implica as aprendizagens do professor relativas às suas intersecções com seu meio profissional, tanto em termos normativos quanto interativos: são consideradas tanto a adaptação ao grupo profissional ao qual pertence e à escola na qual trabalha, como as influências de mão dupla entre o professor e o seu meio, (BALZAN, 1996, P 65).”

A atuação do profissional da educação atuante no espaço escolar deve sempre estar em consonância com as atividades de todos os que atuam dentro deste, como exemplo: diretor ter um bom projeto de ação para a escola, a equipe pedagógica estar atuando junto aos trabalhos desenvolvidos por todos e que contribua para ações efetivas de uma educação de qualidade e com este os professores estarem desenvolvendo também um trabalho efetivo com estes educandos.

Mesmo estando à procura de diferentes formas de atuação o professor atua como um transformador de realidade, ou seja é ele um dos responsáveis para fazer o saber avançar e é depositado na sua figura a ação de transformar a aprendizagem dos educandos em realidades transformadoras.

Nesse sentido, Candau (1996, p.144):

“Afirma que considerar a escola como lócus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação continuada e construir uma nova perspectiva na área de formação continuada de professores (CANDAU, 1996, P144).”

Podemos considerar que o professor que esteja atuando somente na reprodução do saber historicamente acumulado não levará o aluno a uma efetiva aprendizagem, mas se ele partir para uma educação reflexiva com seus pares com certeza caminhará para uma prática efetiva de trabalhos coletivos.

Não podemos deixar de ignorar que o professor aprende por meio de suas práticas diárias e com esta muitas vezes consegue fazer o aprendizado fluir de forma satisfatória. Estas práticas acontecem em muitos casos com o dialogo entre os pares as quais são muito importantes para a construção de saberes e das práticas pedagógicas, então precisasse oportunizar momentos de reflexão dentro dos espaços escolares para que os professores possam socializar os seus saberes contribuindo assim para a efetivação de uma escola mais eficaz, no que se refere à construção do conhecimento.

Para Ibiapina (2004, p 39): “A reflexão implica a imersão consciente do homem no mundo de sua experiência, supõe análise e uma proposta totalizadora que orienta a ação para a mudança”.

A escola é um espaço onde todos podem opinar e com isto faz-se necessário mudanças constantes no plano diretor tanto governamentais como de instituição. É neste espaço que ocorrem efetivas ações educativas, e se dissemina orientações para que ela ocorra. O professor é um agente que transmite e ao mesmo tempo adquire conhecimentos e também faz parte de seu trabalho refletir e compartilhar todos os saberes para que ocorram mudanças.

3 HISTÓRICO DO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE CESSAÇÃO E RETORNO DO MAGISTÉRIO

No Estado do Paraná como os outros estados do país houve um rompimento com os “modelos” de educação daquele momento, que era o ensino militar. O momento foi marcado com uma instalação de democracia, onde a formação de professores era o desejo, a qual foi instalada diversas teorias e ideologias que as universidades e faculdades tentaram vender aos governos para realizar a tão esperada formação de professores.

Com toda popularidade que a educação estava passando, a nível nacional, no governo do então Governador Jaime Lerner, em 1995, iniciou-se o fechamento de cursos profissionalizantes, somente o que estava em curso terminaram e a partir de 1998 eles foram cessados.

Este fechamento foi marcado com muitas manifestações contrárias, visto que no Estado do Paraná durante todo o período de cessação tiveram algumas instituições que persistiram na oferta do Magistério garantido aos que frequentaram a sua carreira.

Foram num total de 14 escolas que persistiram na oferta e para que isto acontecesse tiveram que enfrentar muitos desafios, pois para esta modalidade o governo não subsidiou nenhum recurso destinado às instituições e até mesmo aos alunos. As escolas foram: Colégio Estadual Princesa Isabel - Três Barras do Paraná; Instituto Estadual de Educação de Maringá – Maringá; Colégio Estadual Monteiro Lobato – Floresta; Colégio Estadual Anchieta - Cruzeiro do Oeste; Colégio Estadual Vicente Tomazini - Francisco Alves; Colégio Estadual José Sarmiento – Iretama; Colégio Estadual Barbosa Ferraz – Ivaiporã; Colégio Estadual Cristo Rei – Cornélio Procopio; Colégio Estadual Cristóvão Colombo - Jardim Alegre; Colégio Estadual Barão do Rio Branco – Foz do Iguaçu; Colégio Estadual Paulo Leminski – Curitiba; Colégio Estadual Geremia Lunardelli – Lunardelli; Colégio Estadual Deputado Arnaldo Busato – Pinhais e Instituto Estadual de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha – Paranaguá.

Neste período de cessação houve um modelo de Curso Normal Superior, o qual a LDB 9394/96 visava a formação de profissionais para trabalhar com a educação básica especificamente no seu artigo 62, e no artigo 63 inciso I inclui dentre as atribuições a formação de docentes pra atuar na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental abrindo também a possibilidade de formação pedagógica aos portadores de diplomas de qualquer nível superior que quisessem se dedicar ao magistério na educação básica (art 63, Inciso II). Porém isto ocorreu num período de aproximadamente 7 anos (BRASIL, 1996). Neste período as faculdades tiveram um grande número de alunos, servindo ao capitalismo, fazendo com que a política iniciasse estudos para mudar os regimes de promoções dos professores o que foi realizado com mérito entre 2002 e 2004.

Mediante ao fato de que os cursos de pedagogia estariam perdendo sua identidade, foram revistas propostas para a mudança, mas segundo a LDB 9394/96 não poderia ser mudado a questão de que o professor necessitaria de um curso superior para atuar na educação básica.

Então após sete anos, no Paraná, na gestão do então Governo Roberto Requião iniciaram estudos para a retomada dos cursos profissionalizantes e em 2003 foi realizado em Curitiba o primeiro encontro sobre formação de professores da Rede Estadual do Paraná para discutir a proposta curricular para o Curso de Formação de Docentes – Normal a nível médio, que teve como objetivo discutir a formação de professores em cursos de nível médio, ou seja, a pertinência do retorno à rede pública estadual da oferta desses cursos, discutindo ainda a integração da Educação Profissional com o Ensino Médio. Em 2005 foi realizado em Faxinal do Céu o I Simpósio do Curso de Formação de Docentes – Normal a nível médio.

Com todos estes estudos realizados e verificados notou-se que seria necessária a retomada dos cursos profissionalizantes que ocorreu em 2004, com a autorização da abertura de funcionamento de mais 31 novos cursos, em 2005, mais 41 instituições, formando naquele momento 86 Cursos de Formação de Docentes de Educação Infantil e anos iniciais do Fundamental e em 2006 foram mais 27 novos cursos autorizados para esta modalidade.

E também em 2004 foi autorizado o curso de Formação de Docentes – Normal em nível de Reaproveitamento de Ensino, para aqueles egressos do Ensino

Médio Normal, que não tiveram a oportunidade de complementarem suas formações para regularizar a sua situação diante as legislações atuais conforme o art.62 da LDB 9394/96 que define o profissional da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental como professor, estabelecendo que sua formação “far-se-á em nível superior [...] admitida como formação mínima para o exercício de magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.”(BRASIL, 1996)

Devemos ressaltar que esta modalidade seria efetuada por um tempo determinado, conforme Parecer n.º 048/04-CEE, como realmente ocorreu, pois em 2014 os colégios que ofertavam esta modalidade, não puderam dar continuidade permanecendo somente com a finalização do que estavam em curso.

Hoje podemos perceber que em algumas cidades os concursos para atuar na educação básica, a modalidade de Formação de Docentes não é exigida, devido a demanda local onde não contemplam a formação para estes profissionais em sua região, pois os cursos são presenciais o que dificulta a realização do mesmo. Porém na maioria dos concursos realizados nos últimos anos esta modalidade é exigida e foram constatados pela Secretária de Educação do Paraná que os alunos que terminam o curso de Formação de Docentes na rede estadual de educação são aprovados com méritos, sendo necessário ser apresentado futuramente o curso superior para complementar a sua formação. Mas conforme a LDB9394/96 em vigor, a Formação de Docentes deve ser exigida para todas as escolas.

Uma das grandes vantagens do curso de Formação de Docentes é o formato em que ocorrem os estágios supervisionados, sendo eles por níveis de ensino em cada ano. Isto se dá de forma clara tanto na teoria como na sua prática, visto que muitos que frequentam uma licenciatura, que não seja pedagogia, somente um curso superior não conseguem fazer esta ligação.

O curso de Formação de Decentes possui suas características próprias com relação ao currículo onde os estágios supervisionados dão noções e experiências de como devemos agir nas salas de aula, porém percebemos que muitos alunos não conseguem se apropriar dos conhecimentos que de fato teriam que o fazer ficando falha a sua atuação no decorrer de sua carreira.

4 CRIANÇA X ESCOLA

O trabalho com a educação infantil ocorre de fato como interesse educacional a partir dos anos 90, sendo que anteriormente era visto como práticas sociais, assim diversos pesquisadores deram atenção aos estudos sobre esta etapa do desenvolvimento humano e até mesmo realizaram revisão nas teorias anteriores. Neste sentido os educadores da atualidade refletem insistentemente na procura de diferentes campos de estudos.

Na escola ocorreram modificações conforme a especificidade da etapa, mas as crianças vivem seu processo de desenvolvimento progressivamente, de 0 a 12 anos, e as rupturas causadas pela organização do sistema de ensino por vezes desconsidera as peculiaridades da condição em que a criança está inserida.

Mediante a Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente que diz:

Art. 2º considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Com isto podemos constatar que a criança precisou de uma lei que garantisse os seus direitos desde o seu nascimento para que eles fossem efetivados com muito sucesso e partindo para o campo educacional precisamos que os educadores respeitem os com olhares prazerosos para poderem formar verdadeiros cidadãos.

É durante a infância que a criança constrói sua identidade, e na escola isso ocorrerá, principalmente, em relação a um coletivo, então é preciso que os educadores estejam preparados para atuar num processo de formação humana fazendo com que as crianças possam gozar de uma energia criativa, laboral e reflexiva. Isto implica numa formação que tenha um significado além do mínimo exigido por um currículo.

A trajetória da criança perpassa diferentes contextos, nos quais estabelece referências por meio das relações com seus pares, e com sujeitos adultos, pois em cada idade ela tem demandas diferentes, exigindo dos adultos a compreensão de suas condições enquanto sujeito-criança.

Então nos questionamos:

- Os professores (das diferentes etapas) estão preparados para as condições que as crianças apresentam, independente do contexto educacional?
- É possível transcender para uma visão de tempo da infância em que a criança está imersa e propor a ação educativa de acordo com aquilo que a criança é capaz de realizar e ser?
- É possível transformar o espaço da formação docente num espaço de encantamento e profundo compromisso pela Educação Infantil com intencionalidade pedagógica e como direito da criança?

Se estas questões fossem respondidas com pareceres favoráveis poderíamos dizer que a educação tomaria rumos diferenciados da atual. Percebe-se ainda que a escola de educação infantil atua de forma assistencialista e não faz o trabalho de integrar a criança com os seus aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais considerando-as como seres completos, cumprir com as necessidades fisiológicas e protetoras não satisfazem as necessidade sociais que elas necessitam.

5 CONSTATAÇÕES

Nas vivências da sala de aula podemos destacar que o principal objetivo da prática pedagógica é ouvir cada aluno nas suas realidades para que possamos entender as suas angústias e desejos. Isto se dá através de atividades que o aluno possa expressar seus sentimentos, neste momento podemos fazer grandes descobertas que podem auxiliar o professor em vários momentos. TARDIF (2002, p 261) diz que “ainda hoje, a maioria dos professores aprende a trabalhar na prática, às apalpadelas, por tentativa e erro”. Diante disto não podemos deixar de lado todas as práticas dos professores, porém ele deve saber relacioná-los com os conhecimentos construídos historicamente pela humanidade.

A Formação de Docentes no formato curricular em que se encontra proporciona uma vivência bem dinâmica com os alunos visto que a experiência da sala de aula é importante, mas o professor deve procurar todos os tipos de formações para poder ampliar seus conhecimentos, os quais são realizados muitas vezes pelas universidades através de diversos modelos de atualizações, pois não basta ter o conhecimento informal precisa-se do formal para poder ampliar ainda mais o seu dia a dia.

Isto foi observado nas conversas com vários professores que frequentaram o magistério ou Formação de Docentes que puderam vivenciar diversas experiências e aplicá-las na sequência como mostra algumas pesquisas realizadas com o público frequentador desta pesquisa:

Professor A:

O magistério foi uma experiência única. O contato com o educando passou a ser mais amplo e significativo, já que os estágios promovem a busca por novas habilidades e metodologias que instigassem o aluno a querer aprender, com a palavra chave AFETO. Na faculdade a experiência é mais técnica e com a didática voltada a ciência e senso científico. Mudou minha forma de analisar a vida. Compreendendo cada faixa etária e observando-a, percebendo assim que cada criança aprende de uma forma, o educador precisa desta base para alcançar qualquer objetivo, seja ele profissional ou pessoas.

O magistério me ajudou muito. Como professora a me aproximar do aluno, ouvindo-o como ser presente, que traz sua historicidade e cultura, seu próprio aprendizado e que mesmo sendo professora, formada em Magistério, com Licenciatura plena, Pós-graduada, ainda assim, tenho muito que aprender com meus alunos.

Professor B:

A Formação de Docentes foi o meu alicerce, no dia a dia em sala, observando os professores, as suas metodologias o seu comprometimento em ensinar os futuros educadores. Foram grandes descobertas e valores para o meu crescimento pessoal.

As experiências vividas com os professores e com as companheiras de classe me deu mais motivação aos conhecimentos que deveria adquirir, visto que eu era uma das pessoas que tinha era egressa daquelas estudantes que não teve oportunidade de frequentar o magistério anteriormente.

Hoje quando entramos numa sala de aula, vemos muitas crianças, cada uma tem a sua história, e nos enquanto educadores, temos que ter esse olhar, sabendo viver com suas diferenças, e o magistério me proporcionou estratégias para trabalhar em sala de aula.

Professor C:

Os estágios que realizei foram emocionantes principalmente nas regências da Educação Infantil, onde pude vivenciar a emoção de aprender. Quando levava algo diferente para a sala de aula, como por exemplo, medalhas para todos os alunos que se esforçavam para demonstrar que eram campeões como no livro que temos da Joanelha ou no Ensino Fundamental que levei um microscópio para o 1º ano observar os insetos de pertinho, a mágica se dá quando sabemos como fazer os olhos brilharem as pupilas dilatam querendo mais, pude ver isso de perto nos estágios. Foi o magistério que me preparou como profissional.

Percebemos com estes relatos que a Formação de Docentes prepara os educandos para atuar nas unidades escolares com a Educação Infantil e também

com o Ensino Fundamental, porém não podem ficar somente com esta formação, precisam estar se atualizando e fazendo troca com seus pares.

Percebe-se também que a Proposta Política Pedagógica das escolas precisa estar no mesmo ritmo, sempre sendo atualizada conforme as necessidades que ocorrem com a demanda da clientela que está sendo ofertado o curso da Formação de Docentes. Também é perceptível que os alunos fazem a relação do conhecimento que estão adquirindo conforme com o que os professores lhes transmitem, sendo que isto deve estar ligado entre teoria x prática.

Outra constatação que é muito relevante na Educação Infantil é a questão que os professores realmente fazem trocas de conhecimentos com seus pares com maior frequência do que em outros níveis de ensino, pois o currículo é mais dinâmico e eles precisam estar mais integrados com os demais colegas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vistas a implantação da LDB 9394/96 (1996), podemos constatar que tivemos avanços no decorrer das legislações brasileiras, no que tange a Formação de Docentes para atuar com a educação infantil, tendo que ampliar ainda mais este campo de formação, e percebe-se que nem todas estas leis são garantidas como efetivas. A verificação também se deu que a escola ainda é local de conhecimentos historicamente acumulado e pouco se faz análise de como se deu estas aquisições. Perpassamos anos analisando questões que nos levem a efetivação de ações concretas para que possamos avançar nas leis já garantidas, e ampliar ainda mais os estudos para fortalecer a educação infantil dando prioridade aos conhecimentos desta faixa etária.

No período em que houve a cessação da formação de professores para as séries iniciais constatamos que as políticas públicas favoreceram a entrada dos cursos superiores à distância com maior ênfase e muitos não deram conta de fornecer uma formação de qualidade necessária para os futuros profissionais que atuariam com estas crianças.

Percebemos que a maior ação é a troca de experiência que realizamos no efetivo da escola com nossos pares, foi o que nos propomos ao iniciar este Curso de Gestão e Processos, Diversidade e Inclusão, que é também a escuta de nossos colegas bem como a troca de experiências que fizemos no decorrer das multiplicações. Concluimos que temos muitos passos a serem dados e que ainda a escola e formal. A preparação pra a primeira formação ainda precisa melhorar para poder atender com maior efetivação aos anseios das crianças de 0 a 5 anos

REFERÊNCIAS

BALZAN, N. C. Discutindo o processo de socialização profissional. In: REALI, A.M.de M. R.; MIZUKAMI, M.da G. N. (Orgs.). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUFSCar, 1996. p. 47-91.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em 08/08/2014.

CANDAU, V. M. F. A formação continuada de professores: tendências atuais. In:REALI, Aline de M. R.; MIZUKAMI, M. da G. N. (Orgs). **Formação de professores:tendências atuais**: São Carlos: EDUFSCar, 1996. p. 139-152.

GATTI,B.A.; BARRETO, E. S. S. Professores: **aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social**. Brasília; DF: UNESCO, 2009. (Relatório da Pesquisa)

IBIAPINA, I. L. de M. Docência universitária: **um romance construído na reflexão dialógica**. 2004. 389 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação e Trabalho. Curitiba: SEED – PR., 2008.

TARDIT, M. **Saberes docentes e formação inicial**. Petrópolis.